

A vida fica mais difícil fora da Esplanada

Trabalhador comum de Brasília se acostuma ao precário atendimento médico, enquanto servidor público acumula privilégios

FRANCISCO GONÇALVES

BRASÍLIA — No último fim de semana, o trocador de ônibus João Bosco Gabriel teve febre. Temperatura acima de 40 graus, pediu licença no trabalho e, a pé, seguiu da rodoviária de Brasília até o Hospital de Base. Tonto e gripado, recebeu apenas uma orientação: procurar outro hospital. Com uma nota de Cr\$ 100 mil, a maior que tinha no bolso, pagou os Cr\$ 70 mil do táxi e, no Hospital Regional da Asa Norte, foi finalmente medicado. "Como a gente não tem aquelas ambulâncias de autoridade, se alguém passa mal só não fica jogado no chão se a empresa resolve emprestar um ônibus para levar o coitado para o hospital", constatou.

Assalariado acostumado ao precário atendimento médico da rede pública, João Bosco engrossa a lista daqueles que, com uma renda média de 2,5 salários mínimos e minguido auxílio de convênios de saúde privada, não têm acesso aos benefícios dados a algumas categorias do funcionalismo público. Na Praça dos Três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário mantêm programas de saúde com atendimento médico e odontológico comparáveis a serviços de Primeiro Mundo.

Somente para os tribunais superiores, o orçamento de 1993 prevê recursos que, atualizados, ultrapassam os Cr\$ 293 bilhões, cerca de US\$ 9,7 milhões. No Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi criado, no final do ano passado, um serviço complementar de auxílio médico, o Pró-Ser, que amplia os benefícios obtidos pelos seus funcionários nos hospitais e laboratórios conveniados.

Facilidades — Sem limites nos gastos com tratamento médico, os servidores têm desconto de 2% no salário e só precisam cobrir 20% do que for cobrado. A partir de maio, os servidores vão poder usufruir de tratamento odontológico. Além do Pró-Ser, o STJ tem previstos US\$ 5 milhões para "assistência médico-hospitalar a servidores".

Para atender aos 11 ministros e cerca de 400 funcionários da casa, o Supremo Tribunal Federal preferiu optar pela Golden Cross. Ao mesmo tempo em que paga integralmente o plano de saúde de servidores e ministros, mantém pequena estrutura médica na sede: dois médicos e um dentista. Para casos de emergência, há um cardiologista de plantão e eletrocardiograma.

Também para cobrir as despesas da rubrica de "assistência médico-hospitalar", o Tribunal Superior Eleitoral deverá receber este ano quase US\$ 1,3 milhão, enquanto o Tribunal Superior do Trabalho tem US\$ 1,8 milhão. Com dotação para 1993 na área de saúde complementar de US\$ 5,5 milhões, o Tribunal de Contas da União mantém convênio com a Unimed. Os servidores pagam entre 18% e 28% dos valores da consulta, mas os ministros têm cobertura total

Filas — Na sobreloja do prédio do Ministério da Fazenda, todo dia 1º do mês o atendimento odontológico gratuito provoca uma pequena fila. Apesar de desaparecido logo no início do governo Collor, o serviço médico, que ocupa metade do andar, complementa os benefícios da associação de servidores da Fazenda. A associação cobre até 75% do valor das consultas, de acordo com a tabela de preços da Associação Médica Brasileira. "Antes de tudo, fazemos aqui um serviço social, atendendo principis funcionários de baixa renda", explica o médico Carlos Segura, que faz serviços de perícia médica.

O Ministério da Educação optou por um serviço ambulatorial médico e odontológico que é descontado em folha. São seis médicos, seis dentistas e quatro psicólogos. Os servidores também têm acesso a hospitais da rede privada através de convênios. O desconto, também em folha, nunca excede a 10% do salário bruto e, caso os gastos sejam superiores a esse limite, os descontos são parcelados.

Do outro lado da Esplanada, no Ministério das Relações Exteriores, denúncias de irregularidade na Fundação Cabo Frio, em 90, levaram o Itamarati a deixar um sofisticado serviço de assistência médica internacional, que era administrado por uma empresa americana, a Fundação Prudential. Hoje, o ministério tem dois postos de atendimento, em Brasília e no Rio, além de contratos com hospitais e laboratórios.

Brasília — Gilberto Alves



Tratamento dentário para os funcionários da Fazenda: gratuito



João Bosco



Francisca Santos



Julieta Matos

Para quem pode, as vantagens

A seguir, os benefícios que algumas repartições federais concedem a funcionários:

■ **Supremo Tribunal Federal** — Assistência médica pela Golden Cross. O STF cobre o plano de saúde que beneficia ministros, servidores ativos e inativos. Há ainda serviço ambulatorial no prédio e até cardiologista de plantão. Orçamento de Cr\$ 48,2 bilhões para serviço complementar de saúde;

■ **Superior Tribunal de Justiça** — Atendimento em hospitais e laboratórios conveniados e ainda sistema complementar que amplia os benefícios. Serviço odontológico a partir de maio. Orçamento para este ano de Cr\$ 150,9 bilhões;

■ **Tribunal de Contas da União** — Convênio com plano de saúde da Unimed com cobertura total para ministros, e parcial, variando de acordo com salário, para os funcionários. Posto médico com quatro médicos e dois pediatras no prédio. Orçamento de assistência

médica previsto de Cr\$ 167,3 bilhões;

■ **Itamarati** — O serviço médico do ministério em Brasília presta atendimento ambulatorial, odontológico e fisioterápico. Ainda há hospitais, laboratórios e clínicas especializadas em cardiologia, oftalmologia e ortopedia contratadas por licitação. Está em estudo levar esse tipo de serviço privado aos servidores do Rio de Janeiro;

■ **Ministério da Fazenda** — Servidores cobrem de 25% a 50% do preço das consultas e o restante é custeado pela associação de servidores do ministério. Serviço médico no prédio para atendimento ambulatorial com dez médicos, cinco auxiliares de enfermagem e quatro dentistas;

■ **Banco do Brasil** — A Caixa de Assistência dos Funcionários, criada na década de 40, cobre até 70% do valor das consultas seguindo uma tabela de preços. Os funcionários e diretores são descontados em 1% dos seus proventos.

Como os desprotegidos se viram

"Quem ganha o mínimo sofre mesmo"

A empregada doméstica Julieta Ribeiro Matos, de 28 anos, sem direito a plano de saúde, na quinta-feira acordou cedo para tratar de uma dor de dente que a automedicação não aliviou. Ao chegar às 7h30 no Hospital Regional da Asa Sul, a lista de atendimento encerrou. Voltou para casa. No dia seguinte, às 5h estava de pé, às 5h30, no ônibus que liga a cidade-satélite de Ceilândia ao Plano Piloto. Uma hora depois, tinha a ficha de consulta na mão. "Quem ganha salário mínimo sofre mesmo", lamenta. Com risco de perder um dente, Julieta diz que não tem dinheiro para dentista. "Senti dor, fui na farmácia e comprei um analgésico. Fica mais em conta", explicou. Julieta terá que acordar cedo outras vezes, para tirar Raio-Xe tentar salvar o dente.

"Pago pouco e fico com a boca limpa"

Desempregada, a ex-caixa de supermercado Francisca Luciene dos Santos seguiu o conselho de uma amiga. Depois de alguns orçamentos, resolveu recorrer ao tratamento dentário subsidiado da Associação de Odontólogos de Brasília. Pagando 50% mais barato que o preço da tabela, Francisca vai pagar Cr\$ 3,1 milhões por 11 restaurações e três extrações de dente. Sentada numa confortável cadeira, Francisca gaba-se de ter acertado. "Nem num dentista particular eu ia conseguir pagar pouco e ficar com a boca limpa", comenta. O serviço alternativo da associação beneficia pessoas com renda entre dois e três salários mínimos, com 15 dentistas revezando-se em três turnos. A associação aproveita horários ociosos entre aulas de aperfeiçoamento para atender à população de baixa renda da periferia da cidade.